

economia



Visão
Empresarial

Hugo Müller

Diretor Financeiro do IEE

Dólar como reflexo da insegurança

Nos últimos meses, muito se discutiu sobre a desvalorização do real e os impactos do cenário político brasileiro nesse movimento. Assim como tudo em nossas vidas, estamos dispostos a pagar mais por aquilo que nos traz segurança, em cujos resultados e efetividade confiamos. Quando compramos um imóvel, a estabilidade da construtora interfere no preço; se estamos comprando um celular, o produto que se mantém atual e funcional por mais tempo tem um valor maior. No mundo das finanças e da economia, o mesmo racional é válido. O câmbio é um reflexo da situação macroeconômica, monetária e fiscal de um país, é um importante indicador da confiança na saúde de longo prazo da moeda utilizada naquele território.

Os efeitos cambiais da política fiscal brasileira são evidentes. O governo vem gastando muito, mais do que a sua capacidade de pagamento. Toda conta gerada deve ser paga em algum momento, ou seja, teremos um aumento de endividamento e/ou um aumento de impostos. Ambos os reflexos do descontrole orçamentário têm um limite. Se o cenário se deteriora, a única saída é um aumento na emissão de moeda, gerando um custo inflacionário para o país e desvalorizando o real. Nesse contexto, o papel de um banco central autônomo é o de controlar os efeitos monetários de uma política fiscal insuficiente, o que tem sido feito consistentemente, e até isso tem sido questionado pelo governo federal. Além disso, a alteração no modus operandi do Bacen está no radar, com a mudança do seu presidente no ano que vem e o risco acoplado de ser alguém subserviente ao governo, ou seja, mais político do que técnico.

Assim como quando compramos uma casa ou um smartphone, expectativas são criadas, e elas interferem no preço. A baixíssima segurança que vem sendo passada pelos nossos governantes interfere no modo como o mercado está se movimentando em relação à alocação de capital. Importante

mencionar que, ao contrário do que muitos imaginam, o mercado não é uma figura mística que mexe nos preços, ele é um conjunto de pessoas e organizações comprando, vendendo e se movimentando, com base em suas contas matemáticas e expectativas. Quando há uma alta no dólar, o movimento reflete o fato de que muitos brasileiros estão levando o seu dinheiro para o exterior e os investidores internacionais não têm deixado o seu capital no Brasil. As consequências disso definitivamente não são positivas para o povo.

A conta da inflação e do aumento no preço do dólar é paga majoritariamente pela população, com o aumento do preço dos alimentos, dos bens de consumo e do custo de vida no geral. Além do que, com investimentos reduzidos, menos empregos são gerados. Às vezes, parece que inseguranças governamentais ou gastos demasiados e ineficientes não deveriam ter impacto na nossa vida, mas aquele é o nosso governo, é o nosso o dinheiro. Responsabilidade gera segurança, descontrole gera insegurança, e a escalada da precificação do dólar vista recentemente é só o reflexo de todo esse descaso estatal. Por sorte, mentes mais técnicas ou pragmáticas aconselharam o presidente, e ele parou, por ora, com os ataques ao Bacen e ao mercado. Pelo país, espero que seja uma decisão duradoura.

O câmbio é reflexo da situação macroeconômica, monetária e fiscal de um país; é indicador de confiança na saúde de longo prazo de uma moeda

Câmara aprova texto-base da reforma tributária

Regulamentação da lei que reorganiza impostos seguirá para o Senado

/ CONJUNTURA

Quase sete meses após a promulgação da emenda constitucional da reforma tributária, o plenário da Câmara dos Deputados aprovou, ontem à noite, o texto-base do projeto de lei que regulamenta o novo sistema tributário.

A iniciativa detalha regras de funcionamento do novo IVA (Imposto sobre Valor Agregado) dual, incluindo quais bens ou serviços terão carga reduzida. As definições são determinantes para calibrar as alíquotas finais da CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) federal e do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) de estados e municípios.

A Câmara decidiu incluir no texto uma trava para que a alíquota não ultrapasse os 26,5% estimados pelo Ministério da Fazenda no envio da proposta, em abril. Ainda assim, o IVA brasileiro deve ficar entre os maiores do mundo.

O texto foi aprovado por 336 votos a 142, uma ampla margem

em relação aos 257 votos necessários para um projeto de lei complementar avançar. Houve ainda duas abstenções. O plenário analisaria ainda, ao longo da noite, os destaques, que podem resultar em novas mudanças. O projeto também precisa passar pelo Senado.

A votação se deu sob reclamações de congressistas pelo açamento das discussões. O projeto, com mais de 500 artigos, foi aprovado 76 dias após ser protocolado pelo governo. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), rebateu as críticas. Foram mais de 8 horas de discussão em plenário até a aprovação final.

O projeto regulamenta diversos aspectos da cobrança do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), da Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto Seletivo (IS), que substituirão o PIS, a Cofins, o ICMS, o ISS e parcialmente o IPI. Serão definidos os percentuais de redução para vários setores e produtos, além de

benefícios tributários, como crédito presumido, reduções de base de cálculo, imunidades, isenções e outros incentivos.

A versão votada apresentou mudanças como a devolução de 100% da CBS da energia, água e gás para pessoas de baixa renda; alíquota máxima de 0,25% para os minerais, contra o máximo de 1% estipulado pela emenda constitucional; redução de 30% nos tributos para planos de saúde de animais domésticos.

Além disso, todos os medicamentos não listados em alíquota zero contarão com redução de 60% da alíquota geral, e turistas estrangeiros contarão com devolução dos tributos por produtos comprados no Brasil e embarcados na bagagem. Lira afirmou que a reforma é “vital para simplificação, equalização, desburocratização e, acima de tudo, para um sistema mais justo, que possa corrigir e tirar o Brasil desse manicômio tributário ao qual estamos habituados”.

Inflação desacelera a 0,21% em junho no Brasil

A inflação oficial do Brasil, medida pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), desacelerou a 0,21% em junho, após marcar 0,46% em maio. É o que apontam dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Em 12 meses, o IPCA passou a acumular inflação de 4,23%, conforme o IBGE. Nesse recorte, a alta dos preços era de 3,93% até maio.

Nas últimas semanas, as expectativas para o IPCA em 2024 subiram em meio a fatores como a escalada do dólar e os reflexos das enchentes no Rio Grande do Sul. A catástrofe climática devastou plantações e prejudicou o escoamento de mercadorias no Estado, que é o principal produtor de arroz no Brasil.

Analistas do mercado financeiro projetam IPCA de 4,02% no acumulado de 2024, de acordo com a edição mais recente do boletim Focus, divulgada na segunda pelo BC (Banco Central). A estimativa aumentou pela nona semana consecutiva.

Outro possível fator de pressão sobre o índice oficial é o rea-

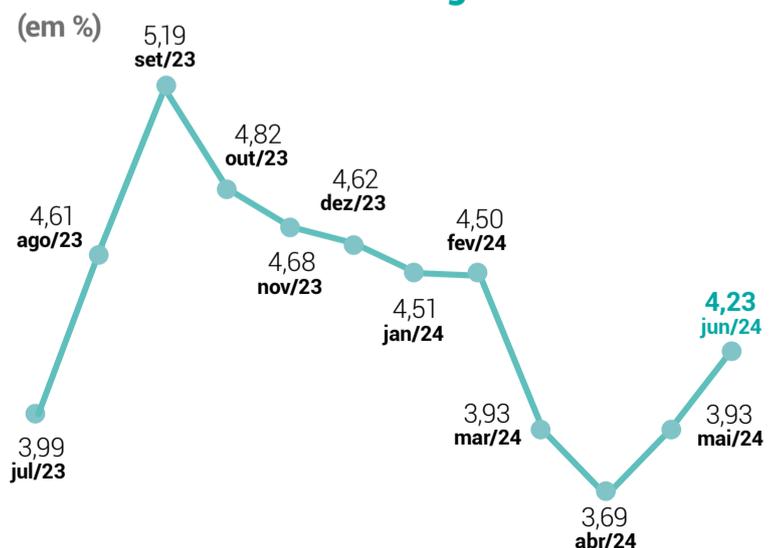
juste dos preços da gasolina e do gás de cozinha anunciado nesta semana pela Petrobras.

O centro da meta de inflação perseguida pelo BC é de 3% neste ano. A tolerância é de 1,5 ponto percentual para menos ou para mais. Isso significa que a meta será cumprida se o IPCA ficar no intervalo de 1,5% (piso) a 4,5% (teto) no acumulado de 12 meses até dezembro. Por ora, apesar do

aumento das previsões, a maioria dos analistas projeta inflação abaixo do teto em 2024.

Os preços dos alimentos deram a maior contribuição para a inflação de junho. O grupo Alimentação e bebidas saiu de um aumento de 0,62% em maio para uma elevação de 0,44% em junho, dentro do IPCA. O grupo contribuiu com 0,10 ponto percentual para a taxa de 0,21%.

Acumulado do IPCA ao longo de 12 meses



FONTE: IBGE